

Então, também fica claro que tudo isso está gerando aumento de custo. Sabe quantos cargos comissionados, Deputada Célia, tem na Secretaria de Governo? 434 cargos comissionados - 434, de um total de 1.318 funcionários. Um terço da secretaria tem cargo comissionado. E esta regra é mais ou menos geral: na Secretaria Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável tem 69 cargos no total. Os cargos comissionados são 68. Tem 68 cargos comissionados extraquadro e um requisitado. Então, funcionário com matrícula do Estado não tem nenhum. E por aí vai.

Secretaria das Cidades, o nosso secretário estava aqui ainda há pouco, o nosso Douglas Ruas. Não está mais aqui, não. Não estou vendo. Isso antes de ele chegar lá, tinha 119 cargos comissionados em 138 cargos com 19 requisitados. Então, também não tinha funcionário, funcionário com matrícula. E esses números vão se repetindo.

O que você verifica no final? Que as secretarias são todas de gente de fora. Não tem praticamente funcionário, não tem legado a ser deixado. É tudo fruto de composições políticas. Um governo deve fazer composição política, sim. Não tenho nada contra. Tem os partidos que governam. Isso faz parte do jogo político, mas tudo com a devida modicidade. E é claro que, com a minha fala, eu não vou convencer ninguém, Sr. Presidente, nem estou tentando convencer. Estou tentando pedir uma reflexão. Pedi verificação, porque é um projeto importante, tem que ter 36 deputados votando a favor e eu vou apresentar meu voto contrário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Obrigado, deputado.

O SR. ANDERSON MORAES - Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Anderson Moraes.

O SR. ANDERSON MORAES (Para encaminhar a votação) - Para encaminhar pela bancada do PL, eu quero aqui encaminhar o voto "sim" à mensagem do Governo do Estado com relação à regulamentação das secretarias. Acho, sim, muito importante a nomenclatura dessas secretarias estarem com as suas estruturas abertas, podendo, assim, ter legitimidade para representar cada uma delas com um nome ali, eu acho isso muito importante. Então, eu quero encaminhar o voto "sim" pela bancada do PL.

E quero também chamar a atenção aqui, Presidente, porque eu vejo que algumas pessoas que são contra este projeto, eles são contra aqui no Estado do Rio de Janeiro. Mas eu quero deixar bem claro para eles que mesmo que exista um aumento aqui no número de secretarias não vai chegar nunca ao tamanho do Governo Federal, que hoje bate recorde com 39 ministérios. O Governo está mandando para cá uma mensagem que justamente regulamenta aquilo que foi feito aqui no Estado do Rio de Janeiro. Espero que os deputados aqui entendam que o Poder Executivo, ele é aquele que foi para a rua, tirou dois números, ganhou a eleição e hoje pilota o Estado do Rio de Janeiro. Muito obrigado e é voto "sim" pelo PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Obrigado. Parabéns pela bancada do PL. eu quero também convocar todos os deputados que estão nos gabinetes para que estejam votando.

O SR. RODRIGO AMORIM - Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rodrigo Amorim.

O SR. ROSENBERG REIS - Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente, pelo MDB.

O MDB entende que é muito importante a matéria e vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Muito obrigado, Deputado Rosenberg Reis.

O SR. RODRIGO AMORIM (Para encaminhar a votação) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, me dirigir a todos os colegas e, no início dessa fala, de encaminhamento para o voto "sim", eu quero pegar um gancho na fala, de encaminhamento para o voto "sim", eu quero pegar um gancho na fala do Deputado que me antecedeu, Deputado Anderson Moraes.

Deputado Anderson Moraes faz a menção de que o entendimento a gente não pode, Deputado Anderson Moraes, de fato passar a adotar nessa Casa um duplo padrão de repostas de enfrentamento a questões que são similares ao que acontece, ou muito parecidas ao que acontecem em outros entes federativos.

V.Exa. cita com muita propriedade, o fato de que o atual Governo Federal, eu não sei se está tentando usar como referência aquele conto das histórias infantis, do Ali Baba que se fazia acompanhar de 40 asseclas.

Eu tenho a impressão que o Governo Federal também tenta se fazer acompanhar o líder mais os 40, tal qual a fábula infantil do Ali Baba, o Governo Federal se faz acompanhar de 40 indivíduos, assessores.

Nós não podemos ter um duplo grau de interpretação dos fatos políticos que são trazidos a essa Casa. Nós precisamos, também, fazer um comparativo, e vemos boa parte da reduzida bancada do Prefeito Eduardo Paes, que o chefe do Executivo Municipal adota o expediente, com faz em todo final de temporada, de multiplicar não os pães, mas, de multiplicar as secretarias para atender os seus apaniguados políticos, e está fazendo isso, deliberadamente, através da sua caneta, multiplicando a quantidade de secretarias e o mais impressionante, Deputado Filipe Poubel, Deputada Martha Rocha, que conhece a máquina pública municipal, o impressionante é que o Prefeito da Cidade tem feito isso com secretarias similares. É um tal de criar uma secretaria exatamente igual à outra, tratando do mesmo tema e que não leva nada a coisa alguma e que sabemos que é uma manobra, em primeiro lugar, de torrar o dinheiro público, de fazer empréstimo em cima de empréstimo, é o Prefeito que mais endividou a Cidade na história, mais de 7 bilhões de endividamento, vai deixar uma herança maldita. Ele sabe deixar heranças malditas, ele deixou a herança do largado olímpico, uma herança maldita, ele deixou essa herança maldita do BRT, que não consegue resolver, e agora ele vai deixar mais uma herança maldita para seus meninos, que é a questão de endividamento recorde de 7 bilhões de endividamento.

Então, eu quero dizer com isso que eu não posso aguentar um Deputado vir a essa tribuna, encaminhar o voto contrário e não enxergar, como modelo, como paradigma, outros entes federativos, seja o Governo Federal ou seja a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que tem multiplicado e multiplicado e multiplicado secretarias.

Quero de forma muito objetiva dizer que essa mensagem do Governo é uma mensagem de transparência do Governador Cláudio Castro. Na verdade, essas secretarias que já remontam, algumas delas, períodos, através de decretos, anteriores à sua gestão, o que está fazendo agora, de forma objetiva, clara, como tem que ser, dar uma medida de transparência, por força de lei, em respeito ao parlamento fluminense, para que nós possamos estabelecer ali, definir de forma clara, consolidada numa lei, quais são as secretarias que o Governo do Estado dispõe na execução das suas políticas públicas.

Dizer que vejo com muitos bons olhos secretarias de representação, todo o Estado, toda grande metrópole, inclusive, municípios deveriam ter secretarias de representação em Brasília, então, acertado por parte do Governador, estabelecer, por força de lei, uma Secretaria de Representação; estabelecer secretarias de cunho temático - Secretaria de Defesa do Consumidor, Secretaria de Habitação e outras secretarias -, que têm como pauta, como missão precípua, ações e implementação de programas e políticas públicas essenciais para o povo do Rio de Janeiro, que tem que ter, como seu gestor principal, um Secretário de Estado, subordinado ao Governador do Estado, de uma secretaria claramente definida por lei.

Sr. Presidente, esse encaminhamento, muito ao largo de meramente o ideário político como pano de fundo, é algo salutar, providencial, sob o ponto de vista da gestão. É uma medida que, como eu disse, dá transparência, lembrando que não tem novidade. Não está trazendo, por força dessa mensagem, novidades. Não está criando absolutamente nada que não exista. Está apenas adequando aos ditames já exarados até mesmo pela Justiça, porque já há entendimento judicial no sentido de que a criação de uma secretaria tem que ocorrer por força de lei e com o aval do parlamento. O que está acontecendo é tão somente uma medida de transparência para todos, incluindo aqueles que fiscalizam o Poder Executivo, que somos nós, de forma que possamos entender, de forma clara, objetiva, cristalina, quais são as instituições, os órgãos, as estruturas vinculadas a essas pastas e, agora, por força de uma lei.

O deputado que encaminhou o voto contrário e fez um discurso na abertura, dizendo que, por técnica legislativa - e eu o rebati - eventualmente necessitaria ser um PDL, fez aqui alusão acertada a um trabalho realizado por seu gabinete que fez uma pesquisa minuciosa de quais decretos originaram tais secretarias. O que está se fazendo com essa medida de modernização administrativa é tão somente consolidar toda a estrutura dessas secretarias, que tinham como alicerce decretos, em torno de uma lei específica, clara, objetiva.

Lembro, sendo mais uma vez repetitivo, que não se trata de trazer nenhuma novidade. Não se trata de criar secretarias, novas estruturas, para entregar a apaniguados políticos, diferentemente do que fez o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, diferentemente do que faz o governo federal.

Deixo claro para todos os colegas e para todos os que nos ouvem pela TV Alerj que são tão somente estruturas já existentes, muitas delas, ou a maioria delas, anteriores à gestão do Sr. Governador Cláudio Castro e que agora, num gesto de modernização e transparência, apenas as consolida num único instrumento jurídico, que é essa lei que, se aprovada nesta Casa, passará a consolidar toda a temática de todas as secretarias num só instrumento jurídico.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Nesse sentido, o encaminhamento é pelo voto "Sim".

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - A Presidência irá proceder à 1ª chamada nominal.

(PROCEDE-SE À 1ª CHAMADA NOMINAL)

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - A Presidência irá proceder à 2ª chamada nominal.

(PROCEDE-SE À 2ª CHAMADA NOMINAL)

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente, pela bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI (Para encaminhar a votação) - Sr. Presidente, quero encaminhar o voto pela bancada do PSOL pela abstenção e vou explicar os motivos que nos levaram à abstenção.

A nossa bancada tem uma posição favorável à criação de algumas secretarias como, por exemplo, a Secretaria da Mulher, que é uma secretaria que queremos que exista, queremos políticas efetivas para a promoção da igualdade de gênero para o fortalecimento e empoderamento das mulheres, inserção no mundo do trabalho, combate à violência; queremos também uma Secretaria das Cidades, que pense no desenvolvimento urbano.

Por outro lado, existem secretarias em que questionamos especialmente a forma como esse atual Governo tem administrado a sua própria estrutura. Por exemplo: Secretaria de Estado de Governo e Secretaria de Estado do Gabinete do Governador. Há uma sobreposição evidente que sabemos como funciona neste Governo: pendura um programinha ali, pendura a Cepej ali no outro programa, a máquina do Governo vai ficando inchada, vai perdendo transparência, vai perdendo controle, e vemos o quê? A lambança que é o Governo Cláudio Castro.

Um dos deputados que me antecedeu no encaminhamento falou que o Governo Cláudio Castro está fazendo isso para ter mais transparência. Isso também não é verdade, e um dos motivos pelos quais estamos nos abstenção, não estamos votando favoráveis, é porque o Cláudio Castro, na verdade, mandou essa mensagem porque há uma ação judicial mostrando a ilegalidade de ele ficar multiplicando as secretarias através de decreto. Uma nova secretaria a cada dois meses e meio, sem planejamento, inchando a máquina. Pode ter planejamento, pode ter política e pode até levar à criação de mais secretarias, mas não, é o Governo da falta de planejamento, é o Governo dos decretos ao invés de leis.

Agora manda um projeto de lei para tentar legalizar o que ele já tinha feito por decreto. Existe também um problema de método que é grave.

A nossa bancada vai se abster, porque não dá para ficar passando pano para um Governo sem transparência multiplicar as secretarias, pendurar programas em secretarias que se sobrepõem e depois querer apoio do Parlamento para o que não precisava ser e vai se tornando uma lambança nas mãos deste Governo.

A SRA. DANI BALBI - Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Tem a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Dani Balbi.

A SRA. DANI BALBI (Para encaminhar a votação) - Brevemente, quero fazer algumas considerações e apresentar o encaminhamento da bancada do Partido Comunista do Brasil.

Considerando o primeiro projeto, sob a perspectiva do mérito, no nosso entendimento, é muito salutar que a estrutura do Governo, de certa forma, reflita a preocupação com determinadas áreas da administração pública que amadurecidas são encaminhamentos para problemas endêmicos como é o caso da violência sistemática contra as mulheres da forma como as mulheres são alijadas do mercado de trabalho formal.

Portanto, no mérito, o entendimento do Partido Comunista do Brasil é que faz muito sentido ter uma Secretaria de Estado voltada diretamente à atenção das demandas das mulheres fluminenses, dentre outras como, por exemplo, a Economia do Mar.

É fato que uma das vocações do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo, no cenário em que precisamos unir esforços para enfrentar as crises econômicas e o desfinanciamento histórico do Estado do Rio de Janeiro leva à necessária e, talvez, responsável atenção da administração pública focada no desenvolvimento deste ramo da atividade econômica em nosso Estado.

No mérito também, é prerrogativa do Governo, do Executivo, montar a sua equipe e dar forma ao direcionamento das políticas públicas que querem implementar enquanto durar o exercício do mandato que lhe foi conferido pelo povo.

Porém, é prerrogativa do Parlamento analisar o plano de trabalho do Executivo e intervir tanto no que se refere à alocação de recursos quanto ao próprio plano de trabalho que o Executivo apresenta no exercício do seu mandato.

Por esta razão e porque, no nosso entendimento, a forma como a apreciação da estrutura do Executivo foi encaminhada pelo Legislativo está equivocada, tendo em vista que é uma determinação judicial que detecta este equívoco, a bancada do Partido Comunista do Brasil encaminha a abstenção.

A SRA. MARTHA ROCHA - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Obrigado, Deputada Dani Balbi.

Deputada Martha Rocha.

A SRA. MARTHA ROCHA (Para declaração de voto) - Eu queria aqui fazer a declaração de voto e quero, na verdade, fazer uma retrospectiva do momento que a gente vive hoje, quando nós recebemos nesta Casa, a partir de uma determinação judicial a apresentação de um projeto de lei de criação de novas estruturas no governo do estado.

É óbvio que é da atribuição específica do Poder Executivo estabelecer suas estruturas; é óbvio que é muito importante ter uma Secretaria da Mulher; é óbvio que é muito importante ter uma Secretaria das Cidades pensando nessa concepção da região metropolitana, da mesma forma que é óbvio olhar para o futuro e verificar este estado, que é um estado que tem uma boa margem do seu território no litoral, que tenhamos aqui uma Secretaria da Economia do Mar. O que nós não podemos aceitar é que, ao mesmo tempo que o governador anuncia que não terá dinheiro para pagar os salários, ao mesmo tempo que o governador anuncia a grave crise financeira que não existia em outubro de 2022, quando o governador fez uma propaganda enganosa e venceu no primeiro turno, e que agora existe, também temos que entender que este é um governo da continuidade.

E o que me deixa desconfortável para caminhar com o governo nesta propositura? Me deixa desconfortável porque se pegou um cargo que seria do servidor público e se criou um número infinito de cargos que não serão dados a técnicos, que serão dados a partir de indicação política. Então, é preciso entendermos que o que estamos autorizando hoje aqui, e na medida que não trazemos o governo para um diálogo, o que estamos autorizando aqui é a crise financeira que vai se agravar amanhã.

Então, única e exclusivamente para dizer que o meu voto "não" é o voto que entende pela valorização do servidor público, é o voto que entende pela técnica, é o voto que entende que nós temos que ter secretarias que possam apresentar um trabalho e não viver essa dicotomia: ter uma Secretaria do Gabinete do Governo e uma Secretaria do Governo; uma Secretaria de Representação do Governo que é ocupada por uma pessoa que sequer é do Estado do Rio de Janeiro.

Então, o nosso entendimento aqui é que era necessário o diálogo, era necessário o debate e era necessário o governo ter responsabilidade na apresentação dessas secretarias, mantendo um número enxuto de cargos e não aumentando o número de forma exponencial, no que se refere aos cargos em comissão.

E quem tiver dúvida do que estou falando - e já vou encerrar, Sr. Presidente - é só consultar os dados do orçamento: o que mais cresceu de aporte financeiro, de rubrica financeira, foi o número de cargos em comissão e de encargos especiais. Então, algo vai mal, por isso que eu não quero concordar com esse entendimento, embora tenha nas minhas emendas impositivas, entre outras coisas, destinado uma verba para a Secretaria de Estado da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Proclamo o resultado.

Votaram "sim" os Senhores Deputados: Alan Lopes, Anderson Moraes, André Corrêa, Átila Nunes, Brazão, Carlinhos BNH, Carlos Macedo, Célia Jordão, Chico Machado, Claudio Caiado, Danniell Librelon, Dionísio Lins, Douglas Ruas, Dr. Deodato, Dr. Pedro Ricardo, Dr. Serginho, Fábio Silva, Felipe Ravis, Filipe Soares, Filipe Poubel, Fred Pacheco, Giovanni Ratinho, Giselle Monteiro, Guilherme Delaroli, Gustavo Tutuca, Índia Armelau, Jair Bittencourt, Jorge Felipe Neto, Júlio Rocha, Léo Vieira, Luiz Cláudio Ribeiro, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Munir Neto, Otoni de Paula Pai, Rafael Nobre, Renato Machado, Renato Miranda, Rodrigo Amorim, Rosenberg Reis, Samuel Malafáia, Tande Vieira, Thiago Gagliasso, Thiago Rangel, Tia Ju, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vinícius Cozzolino, Zeidan.

Votaram "não" os Senhores Deputados: Jari Oliveira, Luiz Paulo, Marina do MST, Martha Rocha.

Votaram "abstenção" os Senhores Deputados: Claudio Caiado, Dani Monteiro, Erika Takimoto, Flávio Serafini, Professor Josemar, Renata Souza, Yuri.

Total de votos: "sim", 50; "não", 4; "abstenção", 7.

A matéria foi aprovada, salvos os Destaques.

Há sobre a mesa o Destaque para aprovação da Emenda 1, de autoria do Deputado Luiz Paulo.

Alerto todos os Deputados que estiverem nos gabinetes...

O SR. LUIZ PAULO - Peço a palavra para encaminhar a votação da Emenda 1 e 2 concomitantemente, porque destaquei ambas, Sr. Presidente.

O SR. MUNIR NETO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Pois não, Deputado Munir Neto.

O SR. MUNIR NETO - A Deputada Carla Machado pediu para avisar que não está presente, hoje, porque está na posse da reitoria da Uenf, no Norte Fluminense. Por isso não pôde estar na Sessão nem votação.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO (Para encaminhar a votação) - Sr. Presidente, eu destaquei duas emendas de minha autoria: a número 1 e a número 2.

A Emenda 1 é incomum, porque tem algumas páginas. Tentei verificar em cada Secretaria que órgãos estavam subordinados e que função tinham exatamente para definir na emenda o elenco de subordinados: Secretaria das Cidades, Secretaria de Obras e Infraestrutura. Onde está o DER, em Cidades ou em Infraestrutura? Onde está a Emop? Onde está o Instituto de Engenharia? Então, seria necessário, quando se cria Secretaria, definir também a sua estrutura, isto é, os órgãos que lhe são subordinados e até mesmo o número de cargos comissionados em cada uma. Isto veio? Não. Só veio a Secretaria; quer dizer, continuamos a não conhecer nada.

Então, esse esforço hercúleo para fazer essa emenda - que seria de transparência - para que todos soubessem... eu, por exemplo, como a Deputada Dani Monteiro, sou defensor da Secretaria da Mulher. Eu sou um defensor da Secretaria da Economia do Mar até porque somos originários nesse tipo de questão. Quais são as estruturas dessas Secretarias? Não sabemos. Devia estar no projeto de lei. Essa uma questão.

A segunda emenda que fiz visou a revogar os decretos de criação dessas Secretarias, que vão ser extintos quando a lei for promulgada. Também não foi acatada. Devia ter vindo no projeto original. Então, o projeto que chegou à Casa é mutilado.

Mas há uma questão de fundo e, por isso, pedi verificação. Eu sou funcionário público. Eu passo seguramente algumas vezes por mês dizendo que eu quero, desejo, sonho, tenho a utopia, Deputada Erika Takimoto, de que possamos ter um funcionalismo público concursado, que seja profundamente qualificado e justamente remunerado. Ai, quando vejo uma Secretaria que tem 69 cargos extraquadro e um requisitado, eu pergunto: cadê o funcionário público? Se a senhora examinar os cargos comissionados, vai ver que quase 90% é de pessoal extraquadro; concursado do Estado, praticamente nenhum. Então, concordar com isso é assinar embaixo que não precisa fazer concurso público.

(Manifestação nas galerias)

Tem alguém passando mal aí?

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Não, Deputado, pode continuar.

Estão tirando foto.

O SR. LUIZ PAULO - Mas para tirar foto não precisa barulho.

Bom, continuando.

Veja só, daqui a pouco nós vamos ter o comando do Estado inteiro de extraquadro sem a colaboração fundamental e preciosa do servidor público concursado pela ausência do concurso público.

Então, essa para mim é a questão de fundo.